

AS COMPREENSÕES DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE O TRABALHO PEDAGÓGICO COM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE JAGUARÃO

Jaqueline da Silva e Silva¹
Lislei Rutz Wolter²
João Carlos Pereira de Moraes³

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo analisar as compreensões de professores da Educação Infantil sobre o trabalho pedagógico com alunos com Transtorno Espectro Autista nas escolas municipais de Educação Infantil do município de Jaguarão. A pesquisa foi realizada com seis professoras da Educação Infantil por meio de um questionário com questões relacionadas à definição de autismo, inclusão no ensino regular e formação docente. Nesse contexto foi possível perceber muitas dificuldades na inclusão de crianças autistas no ensino regular, dentre elas omissão do Estado na garantia de estrutura das escolas e falta de formação docente adequada. Diante dos resultados, concluímos que o processo de inclusão é lento, porém já é discutido nas escolas e existem algumas políticas públicas de acesso, entretanto não de permanência das crianças autistas. E ainda que os sujeitos da pesquisa reconhecem uma falha em sua formação para trabalhar com inclusão.

Palavras-chaves: Transtorno Espectro Autista. Inclusão. Educação Infantil. Formação Docente.

THE KINDERGARTEN TEACHERS' UNDERSTANDINGS ABOUT THE PEDAGOGICAL WORK WITH AUTISTIC SPECTRUM CHILDREN IN THE MUNICIPAL SCHOOLS IN JAGUARÁ

ABSTRACT

This work aimed to analyze the understanding of Kindergarten teachers about the pedagogical work with students with Autistic Spectrum Disorder in municipal schools of Kindergarten in the city of Jaguarão. The research was carried out with six Kindergarten teachers through a questionnaire with questions related to the definition of autism, inclusion in regular education and teacher training. In this context, it was possible to perceive many difficulties in the inclusion of autistic children in regular education, among them the omission of the State in guaranteeing the structure of schools and the lack of adequate teacher training. Given the results, we conclude that the inclusion process is slow, but it is already discussed in schools and there are some public policies for access, however not for the permanence of autistic children. And also that the research subjects recognize a failure in their training to work with inclusion.

Keywords: Autistic Spectrum Disorder. Inclusion. Child education. Teacher Training.

Data de submissão: 21. 12. 2021
Data de aprovação: 22. 09. 2022

¹ Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. E-mail: jaquedasilva8@gmail.com

² Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. E-mail: lisleiwolter@gmail.com

³ Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. E-mail: joaoCarlos_pmoraes@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O seguinte artigo tem como tema a Educação Especial, mais especificamente a inclusão de crianças com Transtorno Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. O que motivou a sua escrita foi a não inclusão ou inclusão precária das crianças autistas na Educação Infantil, devido às dificuldades estruturais das escolas e a falta de formação continuada para as professoras. Outro fator que impede a inclusão destas crianças é a falta de políticas públicas e lentidão na aplicação das políticas de inclusão já existentes.

Nesse sentido, o objetivo consiste em analisar as compreensões de professores da Educação Infantil sobre o trabalho pedagógico com alunos com Transtorno Espectro Autista nas escolas municipais de Educação Infantil do município de Jaguarão.

Para tanto, a seguir discutimos: (1) a Definição de Transtorno Espectro Autista; (2) Educação Infantil; (3) Inclusão do autista no Ensino Regular; (4) Formação de professores; (5) Metodologias; (6) Resultados e Discussões.

1 DEFINIÇÃO DE TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA

Atualmente, percebe-se um aumento no número de crianças diagnosticadas com Transtorno Espectro Autista (TEA) no Município de Jaguarão. Devido ao avanço da medicina, o diagnóstico tem ocorrido precocemente, apesar de faltarem estudos que comprovem a sua causa. As crianças com Transtorno Espectro Autista possuem algumas características comportamentais que dificultam as intervenções pedagógicas na escola. De acordo com Lemos, Salomão e Ramos (2014, p.118) dentre elas são as áreas da interação social, comunicação e comportamento.

As crianças com espectro autista apresentam dificuldades em comportamentos que regulam a interação social e a comunicação, podendo ter pouco ou nenhum interesse em estabelecer relações apresentando diferentes níveis de dificuldades na reciprocidade social e emocional (LEMOS; SALOMÃO; RAMOS, 2014, p.118).

Cada criança possui características próprias, as crianças autistas também possuem características próprias da sua personalidade para além do autismo, algumas delas são extremamente carinhosas, mesmo que o Transtorno do Espectro Autista tenha como característica a não aceitação e demonstração de afeto. Cada criança é uma criança, assim como cada autista é um autista. Tendo em vista o termo espectro autista, que compreende diferentes graus de comprometimento, cita-se Höher Camargo e Bosa (2009), ao afirmar que a noção de uma criança não comunicativa, isolada e incapaz de demonstrar afeto não corresponde às observações atualmente realizadas.

Assim, como citado inicialmente, o diagnóstico de autismo tem ocorrido precocemente conforme afirmam:

a importância de um diagnóstico precoce, considerando que a idade em que a criança começa a receber intervenções apropriadas representa um dos elementos essenciais para um melhor prognóstico em termos de seu desenvolvimento. Sobre o tratamento dessas crianças, Choto (2007) destaca a fusão entre a terapia e a educação, pontuando a interdisciplinaridade como um elemento indispensável para obtenção de melhores resultados. Ademais, a autora discorre a respeito da integração de métodos pedagógicos e psicológicos como sendo fundamental para obtenção de avanços na intervenção terapêutica, apontando melhor socialização e desenvolvimento geral da criança. (SILVA; MULICK, 2009, p. 118-119).

Por isso é importante que a criança tenha acesso à escola regular desde a Educação Infantil, tanto para a melhora no seu desenvolvimento como um todo, bem como propiciar tanto

as outras crianças, quanto aos profissionais da escola a convivência com a diversidade e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Em décadas atrás, pode-se dizer que a Educação Infantil era muito diferente, uma vez que não contava com as amplas abordagens e características verificadas atualmente. As chamadas creches eram somente locais nos quais os pais deixavam seus filhos para poderem trabalhar. Os profissionais das creches não necessitavam ter formação alguma, bastava gostar de crianças. A partir de 1980, vem surgindo leis que aos poucos vão modificando essa etapa da vida escolar. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular:

Com a Constituição Federal de 1988, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade torna-se dever do Estado. Posteriormente, com a promulgação da LDB, em 1996, a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. E a partir da modificação introduzida na LDB em 2006, que antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, a Educação Infantil passa a atender a faixa etária de zero a 5 anos. (BRASIL, 2017, p. 35).

Assim como preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), somente em 2009, a partir de uma emenda constitucional, passa a ser obrigatória a matrícula de crianças de 4 e 5 anos na escola. Como citado acima sobre a LDB de 1996, a Educação Infantil passa a integrar a Educação Básica. Com esses avanços nas leis rompesse com o pensamento que a Educação Infantil tem a tarefa somente de cuidar.

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula **educar e cuidar**, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (BRASIL, 2018, p. 36).

Mesmo tendo documentos que definam a Educação Infantil, ainda existe um longo caminho para desconstruir a visão que a sociedade tem sobre o tema. Na educação os passos são dados, porém as transformações efetivas podem levar décadas.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Educação Infantil foi incluída como parte da Educação Básica partindo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 9394/96) que também prevê “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Ou seja, reforça que os alunos autistas ou com outros transtornos e deficiências sejam incluídos na Educação Infantil no ensino regular.

3 INCLUSÃO DE AUTISTAS NO ENSINO REGULAR

O tema inclusão tem sido muito debatido nos dias de hoje, um dos fatores é o amplo acesso à informação, permitindo que as famílias de pessoas com alguma deficiência ou

transtorno tenham os meios e informações certas para garantir os direitos de seus familiares. De acordo com o Plano Nacional de Educação Especial (PNEE),

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2010, p. 1).

Como o próprio PNEE afirma, a inclusão é um movimento cultural, um processo de construção e desconstrução diante desse tema que por muitos anos ficou à mercê das famílias resolverem sozinhas, muitas vezes escondendo seus familiares por medo do preconceito, da discriminação, dos olhares de estranhamento da sociedade. A escola como instituição de extrema importância na sociedade, também é um grande meio de inclusão, de acolhimento e respeito às diferenças.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. (BRASIL, 2010, p. 1).

Porém, desde o Brasil Império existem escolas de Educação Especial, entretanto com um atendimento muito específico (por exemplo, ou somente surdos ou somente cegos), excluindo muitos outros sujeitos com deficiência definida, principalmente aqueles que não contavam com informações e estudos que detectassem a deficiência e transtorno, como o caso do autismo, em que esse projeto visa explorar.

A partir da década de 90, mundialmente esse tema passa a ter o levantamento de outras questões visando uma ampla inclusão das pessoas com deficiência:

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. (BRASIL, 2010, p. 2).

Mesmo havendo até os dias atuais novas reformulações das leis, num sentido de melhor atender e incluir a todos, estes documentos citados acima, sem sombra de dúvida, foram um grande passo dado ao se pensar inclusão para além da educação especial, mas no ensino regular e várias outras áreas da sociedade. Nos dias atuais, o que se defende não é somente a inclusão de alunos com laudo profissional, como no caso dos autistas, mas de todas as crianças que por natureza ou por questão social ou econômica são diferentes. Porém, este projeto está voltado especificamente para crianças com Transtorno Espectro Autista, cita-se o autor a seguir:

Cualquier persona comprende que no hay nada más indeseable que la selección de acuerdo con las particularidades negativas. Cuando realizamos esta selección nos arriesgamos a separar y a unir em un grupo de niños que tendrán poco en común en el aspecto positivo [...]. (VYGOTSKY, 1997, p. 101).

Para Vigostsky (1997), as diferentes crianças precisam conviver, essa troca de experiência é muito rica, temos o hábito de querer selecionar os alunos, porém a sociedade é

diversa e convivemos diariamente com a diversidade em sociedade, por que na escola tem que ser o oposto? Refletindo sobre esse tema de inclusão surge o questionamento de o porquê os autistas têm que conviver somente com autistas, crianças com síndrome de *down* somente com outras crianças que tenham a mesma síndrome. Esse convívio também é importante para as crianças se entenderem e se reconhecerem, perceber que existem outros como ela, porém esse único convívio é limitante. Percebe-se a angústia de muitos pais que pensam como ficarão seus filhos o dia que eles, pais falecerem, pois essa falta do convívio social aumenta ainda mais a discriminação que já existe, por isso, é de se considerar que a inclusão deve ser feita desde a Educação Infantil e no ensino regular.

Ao longo da história as pessoas com deficiências e transtornos, como no caso dos autistas, foram excluídos literalmente da sociedade, sendo escondidos dentro de casa e até mesmo em manicômios. Com o surgimento da Educação Especial em escolas específicas para o atendimento de pessoas com deficiências e transtornos ocorre o que Vigotsky considera selecionar grupos por suas características negativas, impedindo-as de conviver com a diversidade de pessoas da sociedade. Mesmo com documentos norteadores educacionais que garantem a inclusão de crianças autistas na Educação Infantil na rede regular de ensino, acaba esbarrando em vários obstáculos, entre eles, a falta de formação docente.

4 FORMAÇÃO DOCENTE

Em se tratando de inclusão de alunos autistas, percebe-se tanto no meio acadêmico quanto nas escolas certa impotência, pois, muitas vezes, as professoras não se sentem preparadas para trabalhar com as especificidades dos autistas. Ou seja, a formação inicial não prepara as professoras para a inclusão e fica a critério delas ir atrás de formação para obter conhecimentos que auxiliem na prática pedagógica para com estes alunos. De acordo com Ferreira (2017):

Levando em conta a formação profissional, inicial e continuada, a maioria das professoras afirmou estarem completamente despreparadas para lidar com crianças com TEA; outras declararam ter um preparo mediano ou conhecimentos muito superficiais sobre o autismo, não estando, portanto, adequadamente capacitadas para trabalhar junto a crianças com autismo. Constata-se, pois, que nenhuma das professoras se mostrou preparada para trabalhar junto a crianças com autismo, o que é um dado preocupante. O TEA ainda é, para a maioria das professoras, uma grande interrogação que gera sentimentos inquietantes e questionamentos frequentes sobre a sua etiologia e formas de intervenção. A criança com autismo integra um grupo de crianças com características diferentes e o professor frente a essa nova experiência, normalmente defronta-se com muitas dificuldades que podem fazer surgir sentimentos de incapacidade e frustração caso não estejam preparados para lidar com estas crianças (FERREIRA, 2017, p. 83).

Ainda de acordo com Ferreira (2017), além da falha na formação inicial, falta a prática pedagógica com alunos autistas. Infelizmente, somente de poucos anos pra cá, é que as crianças autistas estão adentrando o espaço regular de ensino. A partir desse fato, o estágio na graduação em espaços de inclusão poderia ser uma enriquecedora troca de conhecimentos, dando maior embasamento aos professores para que elas não se sintam impotentes diante do novo.

Interessante destacar que as professoras mencionam que buscam apoio em colegas mais experiente, o que leva a crer que promover encontros regulares entre professoras na mesma situação seria uma prática proveitosa para viabilizar a troca de experiências. (FERREIRA, 2017, p. 87).

Nesse sentido, a maior dificuldade das professoras é que o aluno com autismo e suas peculiaridades forçam as mesmas a saírem da sua zona de conforto. Em tal contexto, muitas professoras não se sentem seguras para tal movimento, por utilizarem material didático não adequado para a inclusão e por outros aspectos comportamentais como a comodidade e o padrão comportamental de rotina em sala de aula, algo que a formação continuada poderia problematizar.

Na formação das professoras, tanto inicial como continuada, há que se trabalhar projetos pedagógicos definidos e estruturados tanto a nível de ensino superior como a nível de formação continuada. Outro ponto importante é o conhecimento das características comuns aos alunos com autismo a fim de que a professora possa melhor interagir e se comunicar com eles, além de atender às suas necessidades educacionais especiais. Outro aspecto essencial ao processo de formação, destacado na entrevista, é o de se desenvolver e avaliar estratégias adequadas de atuação pedagógica em sala de aula, respondendo às necessidades educacionais das crianças, sem, no entanto, utilizar “receitas prontas”. (FERREIRA, 2017, p.76-77).

A observação é fundamental na criação de estratégias pedagógicas na sala de aula principalmente com as crianças autistas. Nada se modifica sem conhecer. Ou seja, conhecer as crianças para estimular os meios, para que elas desabrochem ao aprendizado e modos de pensar o mundo. Segundo Menezes (2013), sobre a observação e criação de estratégias, estas permitem:

conquistar a confiança do aluno; identificar a melhor forma de comunicar com ele; adequar o espaço físico da sala de aula, preferencialmente dispondo as carteiras em forma de U para facilitar o contato visual; organizar rotineiramente atividades que viabilizem a interação e o contato “olho no olho”; utilizar fotos e imagens; tentar reduzir o apego exagerado à rotina; conhecer as preferências do aluno; propiciar a solução de problemas por etapas; trabalhar conteúdos matemáticos fazendo uso de comparação, seriação e categorização, dentre outros. (MENEZES, 2013, S/P).

As mudanças dentro da sala de aula são importantes, entretanto, segundo Sanes (2018, p.33), “muitas são as demandas que necessitam a reflexão e a ação na educação inclusiva propriamente dita, dentre elas consideramos a Adaptação Curricular, que faz repensar a concepção da escola, exigindo transformações.”

Pode-se perceber que a inclusão de crianças autistas é uma tarefa complexa e que envolve muitos fatores, como a compreensão do TEA, estruturação das escolas e capacitação dos profissionais. O TEA se caracteriza pela dificuldade de comunicação e interação social o que se torna um obstáculo para os professores em suas práticas pedagógicas.

A Educação Infantil está num processo de construção e afirmação, desconstruindo aquele espaço em que era destinado somente ao cuidado e os profissionais não precisavam de formação. Além dessa reformulação da educação infantil, surgiram as leis como o Plano Nacional de Educação Especial que determinam a inclusão de crianças autistas no ensino regular desde a Educação Infantil.

Diante de tantas mudanças, persiste o sentimento de insegurança por parte dos professores diante do trabalho com crianças autistas, pelo fato de ser um transtorno descoberto recentemente e que os estudos para a sua compreensão estão em andamento. Assim, estes profissionais sentem-se despreparados, tanto em sua formação inicial como continuada. Por isso destaca-se a importância da investigação sobre esse tema, pois, as consequências de todo esse contexto supramencionado têm ocasionado a inclusão inadequada destes alunos e, até mesmo, a perpetuação da exclusão da criança autista dentro do espaço escolar.

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa apresenta como panorama metodológico uma perspectiva a seguir descrita. Trata-se de uma pesquisa de nível exploratório e pautado numa abordagem qualitativa.

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007, p. 41).

Segundo Goldenberg (1997, p.34): “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”

Além disso, a pesquisa foi realizada por meio de um questionário, portanto, trata-se de uma pesquisa de campo. Segundo Fonseca (2002):

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (FONSECA, 2002, p. 32).

Como anteriormente citado a técnica utilizada para coleta de dados deu-se por meio de um questionário que segundo Chaer *et al* (2011):

O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (CHAER *et al* apud GIL, 1999, p. 260).

A pesquisa também é de cunho bibliográfico, já que foi feita uma análise dos dados coletados dialogando com autores e teorias. Fonseca (2002) afirma:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Os sujeitos do estudo foram seis professoras da rede municipal de Educação Infantil da cidade de Jaguarão que trabalham com o berçário até o pré I, todas com formação em licenciatura em Pedagogia, duas com especialização em Psicopedagogia, duas com especialização em Educação Infantil e uma com Mestrado em Educação. Os períodos de atuação na Educação Infantil são bem variados, variando de um a 24 anos de atuação. Estas professoras trabalham em três escolas municipais de Educação Infantil localizadas em regiões periféricas do município.

Quanto aos procedimentos, em um primeiro momento, no mês de março de 2021, as professoras da Educação Infantil foram contatadas por telefone e convidadas para participar desse trabalho de pesquisa, explicando-se a dinâmica metodológica por meio do uso de

questionários, os quais foram enviados por e-mail ou aplicativo de troca de mensagens por telefone (WhatsApp).

O questionário consistiu em dez questões relacionadas às compreensões das professoras em relação ao trabalho com crianças com Transtorno Espectro Autista (TEA).

Já quanto à análise dos dados, ela ocorreu a partir das questões do questionário, considerando cada uma destas como categorias a priori. Assim, no interior de cada categoria, apresentamos as respostas das professoras e a nossa análise. Vale ressaltar também que cada sujeito foi denominado pela letra P e um número (P1, P2, P3, P4, P5 e P6).

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Abaixo, nós apresentamos cada questão respondida pelas professoras e as suas possíveis análises.

6.1 QUESTÃO 1: CARACTERÍSTICAS DO GRUPO

Este tópico foi obtido nas primeiras questões do questionário, no qual foi perguntado o gênero, formação e tempo de trabalho na Educação Infantil. Sobre o assunto, obtemos as respostas a seguir:

Tabela 1 – Caracterização do grupo

Sujeito	Gênero	Formação	Tempo de Trabalho
P1	Feminino	Graduação em Pedagogia e Especialização em Psicopedagogia Institucional	Sete anos e nove meses
P2	Feminino	Pedagogia e Especialização em Educação Infantil	Cinco anos
P3	Feminino	Licenciatura plena em Pedagogia nos anos iniciais e Pós-Graduação em Psicopedagogia	Onze anos
P4	Feminino	Mestre em Educação	Vinte e quatro anos
P5	Feminino	Pedagoga	Doze anos
P6	Feminino	Licenciatura em Pedagogia e Especialização em Educação Infantil	Um ano e oito meses

Fonte: a pesquisa.

Podemos perceber que ambos os sujeitos da pesquisa são mulheres com formação em Licenciatura em Pedagogia, Especialização em Educação Infantil, Psicopedagogia e uma com Mestrado em Educação. O tempo de trabalho varia bastante indo de um a vinte e quatro anos de atuação.

6.2 QUESTÃO 2: DEFINIÇÃO DE AUTISMO

Este tópico foi obtido pela seguinte pergunta: O que você entende por Transtorno Espectro Autista?

Tabela 2 – Definição de TEA

Sujeito	Respostas
P1	É um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por deficiente interação e comunicação social, padrões estereotipados, comportamentos repetitivos e desenvolvimento intelectual irregular, frequentemente retardo mental.
P2	É aquela criança que apresenta um distúrbio caracterizado por dificuldade de se comunicar e socializar, acompanhado de comportamento repetitivo.
P3	Transtorno que afeta o sistema nervoso, prejudicando o desenvolvimento cognitivo e afetivo, causando dificuldade em se comunicar e interagir.

P4	Em linhas gerais entendo que TEA é uma série de condições do neurodesenvolvimento, que podem variar muito dependendo do grau de comprometimento, não havendo somente um, mas vários subtipos de transtornos.
P5	É um transtorno intelectual que na maioria dos casos afeta as relações pessoais, a fala e a interação social, ele pode atingir as pessoas de formas diversas, desde a mais leve até casos mais severos.
P6	Entendo que são pessoas que possuem dificuldade de interação e comunicação social, costuma fazer movimentos repetitivos.

Fonte: a pesquisa.

Através das respostas, podemos perceber que ambas as professoras compreendem por Transtorno do Espectro Autista como um transtorno que compromete a comunicação, interação social e o comportamento, o que vai ao encontro do que Lemos, Salomão e Ramos (2014) afirmam:

as crianças com espectro autista apresentem dificuldades em comportamentos que regulam a interação social e a comunicação, podendo ter pouco ou nenhum interesse em estabelecer relações apresentando diferentes níveis de dificuldades na reciprocidade social e emocional. (LEMOS; SALOMÃO; RAMOS, 2014, p. 118).

Entretanto, a resposta de P4 afirma que dentro do Transtorno Espectro Autista existem outros transtornos, até onde se sabe o autismo não compõe nem gera outros transtornos. Todavia, o autismo é muito pouco conhecido pela ciência, está em um recente processo de pesquisas, o que mantém em aberto novas possibilidades de definição de autismo e as consequências dele nas crianças.

6.3 QUESTÃO 3: INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O presente tópico foi obtido a partir da seguinte questão: Você concorda com a inclusão de crianças autistas na Educação Infantil? Justifique?

Tabela 3 – Inclusão de TEA

Sujeitos	Respostas
P1	Sim justamente para inseri-las no mundo real.
P2	-Não! Eu acho que deve ter uma sala especializada e um professor com formação adequada para trabalhar com esse tipo de criança.
P3	Concordo, desde que a criança tenha um laudo, e um amparo tanto familiar como estrutural da escola.
P4	Eu concordo com todo tipo de inclusão desde que, o sistema ofereça condições para que essa inclusão ocorra. Sou totalmente contra a uma inclusão mal feita, na qual colocam a criança em um ambiente escolar, sem nenhum recurso, para aquele docente e a própria criança desenvolverem-se. Uma inclusão em que as ações realizadas em que serem diferente, a criança fica isolada, o professor não tem o preparo, o cuidador (pessoa que fica com o aluno TEA) não tem a formação adequada, simplesmente a criança é “jogada” naquele ambiente, isso para mim não é inclusão e eu sou totalmente contra.
P5	Concordo, acredito que a escola é o local mais adequado para as pessoas aprenderem a ter boa convivência, acredito que ninguém deve ser excluído, e que é natural termos no nosso convívio pessoas de diferentes especificidades. Ainda mais penso que a Educação Infantil é uma etapa da educação tão importante quanto as demais este é um espaço de acolhimento, cuidado e educação.
P6	Sim. Desde que tenha um profissional para auxiliar a professora. Pois geralmente as turmas de Pré que é o meu caso tem 20 alunos, sem uma auxiliar é muito difícil. E com sala de AEE na escola.

Fonte: a pesquisa.

Podemos perceber que uma das professoras não concorda com a inclusão de crianças autistas na Educação Infantil. P2 responde que deveria ter uma profissional com formação adequada e sala especializada para atender a criança, ou seja, ela está se referindo à Educação Especial num modelo de integração, na qual só existe o convívio com crianças também autistas ou com outros transtornos ou deficiências (SILVA, 2009). Nesse sentido, esse modelo só reforça a lógica de exclusão.

As demais professoras concordam com a inclusão, mas ressaltam a importância da escola estar estruturada com salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), monitores capacitados, com formação adequada para tal função e em quantidade necessária para atender as turmas. Nesse contexto, P5 resalta a importância da Educação Infantil tanto quanto as outras etapas de ensino, afirmando que a escola é um espaço de convívio com as diferenças, de acolhimento, cuidado e educação.

6.4 QUESTÃO 4 - ORGANIZAÇÃO DA SALA DE AULA

O tópico supracitado foi obtido por meio da seguinte questão: Se você tivesse uma criança autista em sala de aula, como você organizaria a sala de aula ou acha que deveria ser?

Tabela 4 – Sala de aula e TEA

Sujeitos	Respostas
P1	Procuraria organizar um ambiente propício para recebê-la com material pedagógico que buscasse chamar sua atenção e atividades de acordo com a suas necessidades. Pois dependendo do nível de autismo, existem casos que são bem mais complicados para se trabalhar.
P2	Se fosse só um aluno, eu organizaria a sala normal para os outros, mas ia fazer algo diferenciado para trabalhar com esse aluno autista.
P3	Os alunos autistas costumam demonstrar interesse por algo específico, nesse caso montaria um cantinho, com objetos de seu interesse, mas não seria exclusivo, para não acentuar a dificuldade de interagir, tentando com que o aluno participasse de todas as atividades propostas aos poucos, conforme fosse se sentindo a vontade.
P4	Sempre buscar estabelecer uma rotina, evitar barulhos altos, buscar dar orientações claras com muitos recursos visuais, buscar adaptar o ambiente da sala de aula dentre outros.
P5	Não tive esta oportunidade até o momento, para ser bem sincera, não sei como iria ser a minha organização, ainda outro dia conversava com uma colega e partilhava esta angústia, pois não me sinto habilitada, penso em logo que concluir o mestrado procurar uma qualificação adequada, pois sei que enquanto educadoras precisamos estar preparadas para receber todas crianças.
P6	Eu tive um caso em que quando a criança chegou na escola não possuía um laudo, com o passar fui identificando alguns comportamentos e encaminhei para orientadora educacional e alguns meses obtivemos o laudo. Não tinha muito o que ser feito na sala de aula, para auxiliar duas vezes por semana ela tinha aula com uma professora especializada.

Fonte: a pesquisa.

Podemos perceber que todas as professoras têm em mente estratégias pedagógicas para atender as crianças autistas partindo do que elas entendem por autismo. Ressaltamos a resposta de P3, que pensa em algo que atenda a especificidade do aluno no intuito de respeitar o seu espaço e aos poucos conseguir tirá-lo de sua zona de conforto, a não interação, para fazer com que ele interaja no espaço e com as outras crianças. Já P5 resalta a angústia dos professores por não estarem habilitados para incluir as crianças, entretanto aponta a solução, buscar estudar sobre o assunto.

Para P6 o problema era lidar com uma criança sem laudo. Contudo, ela resalta que com o laudo a rotina não mudou muito. Nesse sentido, apontamos que as práticas pedagógicas devem ser adaptadas e pensadas perante as necessidades das crianças, bem como de suas potencialidades (FARIA *et al*, 2018).

6.5 QUESTÃO 5: DIFICULDADES NO TRABALHO COM CRIANÇAS AUTISTAS

Este tópico foi obtido por meio da questão a seguir: Quais as dificuldades que você encontra ou acha que encontraria ao trabalhar com crianças autistas?

Tabela 5 – Dificuldades do trabalho pedagógico e TEA

Sujeitos	Respostas
P1	A maior dificuldade é a interação e adaptação da criança ao ambiente escolar. Por ser autista geralmente ela sofre mais em sua socialização com os demais educandos e professores, pois a escola é sem dúvida, uma parte diferente do seu convívio familiar e ao autista possui aversão a mudanças inclusive a objetos.
P2	Muitas! Por mais que tu tenhas orientações e palestras, para trabalhar com um autista, mesmo assim se encontra dificuldade porque cada criança autista é diferente.
P3	Percebo que a maior dificuldade é o laudo precoce, muitas vezes por resistência dos responsáveis e também por que os professores têm dificuldade de identificar o autismo nos alunos.
P4	A maior dificuldade encontrada é com certeza a precariedade em que as salas de aula e as escolas encontram-se para essa inclusão. Faltam subsídios para atender as crianças com TEA avançado, por exemplo, as que são de forma mais moderada, até conseguimos inclui-los de melhor maneira sem problema algum. Mas, os que ainda não possui de um acompanhamento mais próximo do professor, com recursos mais adequados.
P5	Saber adequar as atividades às dificuldades específicas de cada criança, respeitando o tempo e espaço de cada uma, talvez o pior seja a insegurança e o medo de, por não estar preparada, prejudicar o desenvolvimento de alguma delas.
P6	Primeiro que eu não tenho formação nessa área, com essa criança que comentei na resposta anterior foi bem tranquilo porque ela era muito tranquila..., mas vi casos na minha escola muito difíceis.

Fonte: a pesquisa.

Podemos perceber que foram levantadas várias dificuldades pelas professoras: adaptação da criança autista na escola, falta de formação continuada, resistência da família em relação ao diagnóstico de autismo, falta de estrutura das escolas, falta de acompanhamento especializado para as crianças autistas, insegurança profissional e novamente falta de formação. Tais elementos assemelham ao levantado por Silva (2019).

A adaptação das crianças à escola no geral é bem difícil, pois tira a criança de sua zona de conforto que é o seio familiar. Para a criança autista é mais complicado ainda, pois além de sair da sua zona de conforto tem várias emoções para lidar e não consegue expressar de uma forma que seja interpretado.

Outra questão é a falta de formação continuada ou formação precária, como P2 diz que as palestras ofertadas não dão conta do desafio de trabalhar com autistas, porque para além das especificidades comportamentais do autismo, têm as especificidades características da própria criança, que em nenhuma outra criança é igual.

A resistência da família ao diagnóstico de autismo é um fator muito relevante porque a escola pode até identificar sinais do transtorno e conversar com a família, porém somente a família pode ir em busca de um acompanhamento especializado extraescolar, o que em casos severos de autismo ajuda muito na inclusão escolar.

Como afirma P4, a precariedade das escolas é um fator primordial no desenvolvimento não só da criança autista, como de todas as crianças e, infelizmente, as escolas estão cada vez mais sucateadas, além da falta do básico para o funcionamento das escolas, faltam recursos didáticos e sala especializada para o atendimento dos autistas e de crianças com outros transtornos e deficiências.

A insegurança profissional caminha junto com a falta de uma formação continuada voltadas para trocas de experiências práticas entre as professoras, o que corrobora a fala de P6,

que afirma não ter formação na área, mas as que possuem formação específica também se sentem despreparadas diante do novo.

6.6 QUESTÃO 6: SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O presente tópico foi obtido pela questão a seguir: Na sua escola tem sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE)? Se sim, qual o impacto destas nas suas aulas ou acharia que teria nas suas aulas? Se não, o que melhoraria nas suas aulas se tivesse esse suporte na escola?

Tabela 6 - AEE

Sujeitos	Respostas
P1	Não temos sala para esse atendimento. Seria uma ferramenta de suma importância para dar suporte as professoras e comunidade escolar, não só para autistas, como também, para outras síndromes que se apresentam com frequência nos ambientes escolares.
P2	Não! Eu acho que seria muito bom, porque além de trabalhar com a criança na sala de AEE, a pessoa que iria trabalhar com a criança ia dar um suporte em sala de aula também.
P3	Não tem sala de (AEE), por se tratar da educação infantil, após o laudo ser emitido o aluno tem direito a um tutor, que dentro do possível tenta fazer com que a criança participe das atividades, respeitando seu tempo e interesse.
P4	Na EMEI não tem, com certeza se tivesse melhoria muito poder ter uma profissional na qual pudéssemos dividir nossos anseios e dúvidas, bem como o suporte que a sala de AEE nos fornece. Na EMEF temos, como citei é de suma importância as ações são coletivas com a profissional, faço meu parecer e ela o dela, pois o aluno também frequenta a sala de AEE, trocamos atividades, fizemos reuniões constantes, entre nós, a direção da escola e a família. Posso utilizar dos recursos da sala. Acredito que em todas as escolas as salas de AEE são de suma importância.
P5	Não temos. Mas considero que tudo que vem para contribuir é válido, pois nenhum educador é detentor do saber, quanto mais profissionais habilitados tiver em uma escola, melhor será a qualidade do ensino.
P6	Sim. Possuímos sala de recursos. Acredito que a sala de AEE é o suporte essencial do professor.

Fonte: a pesquisa.

Podemos perceber que somente uma escola possui a sala de Atendimento Educacional Especializado. Todas concordam que é de suma importância que as escolas disponibilizem de uma sala de AEE.

Nesse sentido, P4 relata como é a experiência que tem na outra escola que trabalha, e como a presença da sala de AEE e do profissional habilitado auxilia os professores da escola em suas práticas, dúvidas e anseios. Ter esse suporte nas escolas auxiliaria não só a escola na inclusão, como também as famílias que lutam para conseguir o mínimo de atendimento especializado, tendo que recorrer a escolas de educação especial da cidade e até se deslocar a outro município.

6.7 QUESTÃO 7: INCLUSÃO ESCOLAR NA PRÁTICA

Este tópico foi adquirido pela seguinte questão: Como você vê a inclusão de crianças autistas na escola em que trabalha? Cite pontos que você considera positivos ou negativos.

Tabela 7 – Práticas de inclusão

Sujeitos	Respostas
P1	É um ambiente bastante precário, um aspecto negativo é não termos uma sala de AEE. O aspecto positivo é que existem profissionais capacitados para esse acolhimento e todos trabalham buscando

	um atendimento de qualidade às crianças que na maioria das vezes, não possuem diagnóstico dessa ou de outras síndromes e é na escola que são descobertas suas dificuldades.
P2	Uma criança que presenciei o único ponto positivo que fizeram, foi dar uma auxiliar para a professora. E o negativo que o tempo que a criança esteve na escola não teve um acompanhamento por um profissional da área.
P3	Sendo bem sincera a inclusão se dá de forma positiva dependendo do grau do autismo, quando mesmo que demore um pouco o aluno consiga interagir e se adaptar ao ambiente escolar. O lado negativo é quando não há interesse por parte de alguns professores em incluir a criança, coisa que não é fácil e que muitas vezes não há os recursos necessários e nem capacitação dos profissionais.
P4	Positivos: poucas crianças em sala de aula, recursos visuais, materiais didáticos.
P5	No período que estou lá, não acompanhei nenhuma criança laudada, as colegas até encaminharam para a orientação, que se não me engano é realizado em uma escola de ensino fundamental próxima, mas a família não aceitava a hipótese de uma possível dificuldade de aprendizagem ou deficiência, logo em seguida veio a pandemia e tudo ficou interrompido, pelo que eu soube. Desta forma, sobre essa questão não tenho nenhum parecer.
P6	Para a criança acho que o convívio com outras crianças é positivo. Mas o professor trabalhar com 20 crianças sendo que uma é autista é bem complicado. Vi uma colega com esse problema, a criança tinha um cuidador, que na verdade ficava a tarde correndo com ela, pois, não parava na sala de aula, gritava se debatia.

Fonte: a pesquisa

Conforme as professoras, existe poucos pontos positivos na inclusão das crianças autistas, dentre eles a disponibilidade de um auxiliar para a professora e a criança, alguns recursos didáticos e vontade dos professores em incluir.

P2 ressalta que o fato de ter um auxiliar para a professora não promove a inclusão, porque o auxiliar não vem para ajudar a professora a promover a inclusão, mas ajudá-la a cuidar, enquanto ensina os outros alunos não autistas.

Como cita P4, um possível ponto positivo seria ter poucas crianças na sala, uma vez que autistas se incomodam com um número expressivo de pessoas num mesmo espaço.

Dos pontos negativos são elencados: precariedade estrutural das escolas, falta de vontade dos professores e número expressivo de alunos. Tais demandas já são elencadas por Mantoan (2015), ressaltando que essas são frutos de políticas públicas mal elaboradas.

6.8 QUESTÃO 8 - FORMAÇÃO DOCENTE

O tópico acima foi obtido por meio da seguinte questão: Você acredita que as formações que teve até agora dão conta da realidade de trabalhar com as crianças autistas? Quais seriam os pontos benéficos e o que você acha que faltou?

Tabela 8 – formação docente

Sujeitos	Respostas
P1	Acredito que as formações estão sendo de grande valia para nós professores. Têm nos auxiliado em diversos aspectos no trabalho realizado com os educandos, dentre estes, no entendimento sobre as maneiras mais adequadas de tratarmos com as dificuldades que estes poderão apresentar no convívio com a comunidade escolar. Porém, dar conta totalmente, não é possível, pela diversidade de demandas e precariedade de condições para melhor atender esses problemas que se apresentam.
P2	Só com palestras, não é o suficiente para se trabalhar com uma criança autista. O que falta é promover uma especialização até mesmo com um estágio.
P3	Não, se eu receber um aluno autista na minha sala de aula hoje, vou ter que estudar e observar muito e por conta própria para conseguir incluí-lo.
P4	Acredito que sim, esse ano na EMEF tenho um aluno autista com altas habilidades, devido a minha formação em Psicopedagogia Clínica e Institucional estudei muito a respeito, porém sempre tenho que buscar ler mais a respeito. Sempre que há alguma inclusão em minha sala de aula, eu busco muito ler a respeito e estudar, pois somente o conhecimento acadêmico e os anos de prática na área não iriam dar conta. Pois cada caso é um caso e cada criança é única. Só resalto aqui mais formações específicas para os professores, mas formações práticas de atividades não em palestras. Que os

	cuidadores que são concursados (agora) tivessem formações específicas para atuarem com as crianças com TEA
P5	Eu particularmente, não tive nenhuma formação sobre essa temática até então, contudo acredito que ela seja fundamental, tendo em vista que atualmente está cada vez mais comum termos nas escolas públicas crianças autistas, os professores precisam ser preparados com formações direcionadas a temática e com profissionais devidamente capacitados, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas, neurologistas, pediatras, entre outros profissionais que sejam especialistas. A educação é algo muito sério e precisa de pessoas capacitadas para tratar disso. Por fim digo, muitas vezes vimos colegas sendo criticados pela forma como atuam na sala de aula, mas acredito que por vezes seja a falta de conhecimento que causa isso, a qualificação e formação contínua são elementos fundamentais para uma educação de qualidade.
P6	Não. Eu acho realmente que a formação é essencial. Tenho uma colega na escola que é pedagoga, mas se especializou em Inclusão, trabalhou tranquilamente com um menino autista. Mas está sempre estudando. Para ser sincera acredito que o professor para incluir a criança com necessidades especiais precisa de formação.

Fonte: a pesquisa.

Percebe-se que as professoras, reconhecem a falta de formação para trabalhar com a inclusão de crianças autistas. P1 afirma que sim que as formações oferecidas em forma de palestras auxiliam na prática inclusiva, P4 acredita que a sua busca contínua por formação a auxilia em sua prática escolar, principalmente inclusiva. Todavia P4 ressalta a importância de formações específicas práticas ao invés de palestras e formação também para os monitores.

Ao encontro da fala de P4, P2 ressalta a importância da formação prática, sugerindo um estágio, o que seria muito interessante, na própria graduação haver um estágio em escolas de educação especial. P5 afirma a urgência destas formações, já que está cada vez mais aumentando o número de crianças autistas nas escolas, também sugere formação com especialistas da área, sugerindo um trabalho coletivo entre a escola e os profissionais que atendem as crianças no período extraescolar.

Nesse sentido, consideramos que a formação docente para a inclusão, deveria partir inicialmente das demandas, necessidades e intenções dos docentes. Ou seja, pensar junto com o professor como fazer e pensar a inclusão na Educação Infantil.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo é fruto de uma pesquisa qualitativa que buscou saber as compreensões das professoras de Educação Infantil sobre a definição de Autismo, inclusão escolar de crianças autistas na prática, sala de atendimento educacional especializado (AEE), dificuldades encontradas no trabalho com a inclusão e formação docente por meio de um questionário com dez questões, o qual foi analisado concomitantemente ao referencial teórico.

Podemos concluir que as respostas do questionário vão ao encontro do referencial teórico, como a definição de autismo, inclusão no ensino regular e formação docente no que diz respeito à falta de formação continuada adequada para que ocorra uma inclusão digna das crianças autistas. As respostas foram bem realistas e enriquecedoras para esta pesquisa.

Podemos concluir que a inclusão de crianças autistas tem ocorrido de forma muito lenta, apesar de existir um aporte jurídico que estabelece leis que determinam a inclusão delas no ensino regular, desde a Educação Infantil. Assim, percebe-se que o Estado é falho na tarefa que lhe compete, garantir estrutura das escolas, formação continuada de qualidade, salas de atendimento educacional especializado e monitores capacitados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **LDBEN 9394**. Brasília, 1996.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

FARIA, Karla Tomaz *et al.* Atitudes e práticas pedagógicas de inclusão para o aluno com autismo. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 61, p. 353-370, 2018.

FERREIRA, Roberta, Flávia Alves. **A inclusão de crianças com Transtorno Espectro Autista, na Educação Infantil**: o desafio da formação de professoras. Belo Horizonte, 2017.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HÖHER CAMARGO, Sígla Pimentel; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v.21, n.1, p.65-74, 2009.

LEMONS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro; RAMOS, Cibele Shirley Agripino. Inclusão de Crianças Autistas: um Estudo sobre Interações Sociais no Contexto Escolar. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 20, n. 1, p. 117-130, Jan.-Mar., 2014.

MAGALHÃES, Célia de Jesus Silva. *et al.* Práticas inclusivas de alunos com TEA: principais dificuldades na voz do professor e mediador. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n. esp. 02, p. 1031-1047, nov. 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. Summus Editorial, 2015.

MENEZES, A.; CRUZ, G. C.; Estratégias de formação de professores para a inclusão escolar de alunos com autismo. *In*: GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

SANES, Debora Tatiani Portilho. **Adaptação curricular individualizada**: (re) construindo caminhos em uma escola do município de Jaguarão RS, 2018.

SILVA, Micheline.; MULICK, James A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, n.1, p.116-131, 2009.

SILVA, Maria Odete Emygdio. Da exclusão à inclusão: concepções e práticas. **Revista lusófona de educação**, v. 13, n. 13, 2009.

SILVA, Gabriela Maia da. A inclusão de autista nas salas de aulas normais: desafios e possíveis maneiras de vencê-los. **Revista Caparaó**, v. 1, n. 1, p. e6-e6, 2019.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **Fundamentos de defectología**. La Habana: Pueblo y Educación, b1997